



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÍLHAVO

Caros Membros da Assembleia Municipal de Ílhavo
Ex.mo Presidente da Câmara Municipal e Ex.mos Vereadores do Executivo
Ex.mos Representantes das nossas Associações
Ex.mo Público aqui presente e todos os nossos concidadãos que nos assistem via streaming
Ex.ma Comunicação Social

Hoje, a evocação de um dos marcos mais relevantes da história social e política nacional, a conquista da liberdade e da democracia após 41 anos de ditadura e de totalitarismo, reveste-se de maior relevância, essencialmente por três motivos.

Primeiro, porque estamos muito próximos - a um ano - de atingirmos uma maturidade democrática - hoje, já temos mais anos de democracia do que de ditadura - o que exige de todos nós um verdadeiro sentido de responsabilidade e de ética política, seja enquanto cidadãos, seja enquanto eleitos.

Segundo, porque esta maturidade democrática enfrenta desafios muito exigentes, seja a nível local, nacional ou internacional, e para os quais, cidadãos, sociedade, instituições, partidos ou movimentos políticos, têm de estar atentos, preparados e aptos para enfrentar as novas dinâmicas e conjunturas sociais, a nova ordem global e os ataques e pressões constantes aos valores e pilares da democracia e da liberdade.

Por último, que não em último, este 49.º aniversário do 25 de Abril de 74, que hoje assinalamos nesta Assembleia Municipal, fruto da vontade expressa da Mesa e da decisão unânime de todos os líderes dos Grupos Municipais, marca o início de toda a preparação para essa data festiva, a celebrar em 2024, de meio século de história. São 50 anos de democracia e liberdade, de afirmação e constante construção de um Estado de Direito, uma realidade social e política que atravessa 3 ou 4 gerações, com experiências distintas, repartidas entre a ausência de liberdade e de democracia e, felizmente, a vivência da sua plenitude.

Mesmo considerando a génese da Revolução, com um profundo sentimento de reconhecimento e gratidão para com todos os militares que, na madrugada do dia 25 de abril, apreensivos e nervosos quanto ao desenrolar da operação e quanto ao resultado final, mas inquestionavelmente corajosos e destemidos, afrontaram e derrubaram o sistema e libertaram o país da amarra ditatorial...

mesmo recordando, porque a memória coletiva deve e tem que ser preservada, porque a história não deve, nem pode ser travada, as lutas e crises académicas de 62, 65, 68 e 69 e os Congresso da Oposição Democrática, nomeadamente o terceiro que celebrou, este ano, entre 4 e 8 de abril, o seu cinquentenário...

mesmo recordando e reconhecendo o papel de todos aqueles que, independentemente das suas convicções ideológicas, afrontaram, nos mais diversos e distintos contextos, muitas vezes dentro do próprio sistema, o regime, com as diversas consequências que daí resultaram...

é altura, ao fim de 49 anos de história, perto de registarmos essa data mítica dos seus 50 anos, afirmar, de uma vez por todos, que o 25 de Abril, quando nasceu, foi e é para TODOS.

Hoje, é mais que chegada a altura da nossa consciência coletiva, da nossa vivência democrática, deixar de lado, de uma vez por todas, essa inaceitável apropriação ideológica e política da Revolução, da Democracia da Liberdade, ou, por outro lado, a não menos criticável desvalorização deste marco supremo da nossa história, só porque a perceção política, ideológica e partidária - a mesma que condenamos na apropriação da revolução - nos foca noutra momento pós-Revolução.

Aos primeiros raios do dia 25 de abril de 1974, quando Lisboa foi conquistando a perceção do que se passava, quando as pessoas se foram juntando ao Movimento das Forças Armadas, ou quando o país foi acordando para a nova realidade, em timings distintos, face ao que era, à data, a velocidade comunicacional e informativa, foi **Todo o Povo** que saiu à rua, sem bandeiras, cores ou símbolos partidários. Mesmo os cravos surgiram por um acaso (e nem eram, exclusivamente, vermelhos). Foi Todo um Povo a viver os primeiros raios da Liberdade e da Democracia.

Democracia essa, que pelo seu inquestionável valor, não tem preço... Mas também não é menos verdade que essa mesma democracia tem os seus custos.

Do ponto de vista orçamental, naturalmente que são exigidos recursos financeiros para o normal e cabal funcionamento do Estado, das instituições e das organizações, bem como a valorização do papel e função do exercício político. Do ponto de vista dos princípios, a defesa dos valores que a democracia e a liberdade exigem a todos nós, enquanto cidadãos, mas principalmente enquanto eleitos. Uma defesa dos valores da democracia (garantia do Estado de Direito, defesa da liberdade, pluralidade de convicções e ideologias, respeito institucional, etc.) que deve e tem que ser permanente e constante, politicamente coerente e séria, e não fluir ao sabor das conveniências, dos momentos e das conjunturas.

A liberdade conquistada em abril de 74 que nos permite, hoje, expressarmos livremente as nossas opiniões e convicções, é a mesma liberdade que nos exige, na vivência democrática, sentido de responsabilidade, ética e respeito.

No seu livro "Como morrem as democracias", Daniel Ziblatt - professor e investigador em ciência política, democracia e democratização, da Universidade de Harvard - afirma que «**As democracias não morrem como antigamente. Durante a Guerra Fria, era por golpes militares. Agora, morrem nas urnas: os políticos são eleitos, chegam ao poder e, uma vez lá instalados, enfraquecem as instituições democráticas**».

Se há Instituição que merece a nossa valorização e defesa, pela importância e papel que desempenha no desenvolvimento das comunidades e na proximidade com as necessidades e preocupações das populações, é o Poder Local democrático, resultado do processo revolucionário e considerado uma das mais importantes conquistas de Abril, um dos pilares da nossa democracia.

Para aqueles - poucos, felizmente - que detêm uma visão destorcida do que é a democracia, a pluralidade, a convivência político-partidária e o respeito institucional...

para aqueles - muito poucos, felizmente - que acham, errada e tendenciosamente, que o respeito institucional é unilateral e que apenas obriga e se exige à Assembleia Municipal (nomeadamente ao seu Presidente)...

dentro do princípio e espírito de Abril e dos valores da democracia e liberdade, conquistados na Revolução dos Cravos, importa lembrar aqui e publicamente.

Primeiro, o Presidente da Assembleia Municipal tem, por convicção pessoal e ideológica, e pela função que desempenha, o maior respeito pela defesa dos valores da democracia, e sempre pautou, nessa qualidade, pelo respeito e cumprimento da pluralidade, pelo respeito institucional para com os seus pares - porque não deixa de ser, até por força do regime da sua eleição, isso mesmo: um entre pares - e para com todas as Instituições, independentemente da missão e tipologia. O que o Presidente da Assembleia Municipal nunca fará, sob pressão alguma, é deixar de defender este Órgão, democraticamente eleito, os seus membros e, conseqüentemente, os Municípios e o Município de Ílhavo.

Segundo, por força da implementação da liberdade e da democracia, em 74, sustentada nos princípios estabelecidos pelo processo constitucional, é a Constituição da República Portuguesa que, de forma clara e inequívoca, determina o princípio da equidade institucional entre órgão deliberativo (Assembleia Municipal) e órgão executivo (Câmara Municipal), como legítimos representantes do Município.

O Artigo 250 da Constituição Portuguesa, no capítulo dedicada ao Poder Local, na definição dos Órgãos do Município, determina que "Os órgãos representativos do município são a assembleia municipal e a câmara municipal.". Nem na Constituição da República Portuguesa, nem no Regime Jurídico das Autarquias Locais (a Lei 75/2013) diz que a Câmara Municipal está acima da Assembleia Municipal, ou vice-versa. Têm as duas o mesmo peso político e institucional.

Aliás, se quisermos ser bem rigorosos, importa recordar, nomeadamente aos que advogam a submissão da Assembleia Municipal à Câmara Municipal, que é a Assembleia Municipal quem dá posse, reconhece e legitima o Executivo Municipal, como garante do funcionamento da Democracia Local.

A Mesa da Assembleia Municipal será sempre o garante da pluralidade e da democracia, da proximidade do poder às necessidades dos cidadãos e fiscalizador dos processos de desenvolvimento do Município, e mesmo que alguns - poucos, felizmente - queiram criar polémica política, com populismos que não aceitamos, ou não queiram ver o outro lado da moeda e dos comportamentos.

Se hoje celebramos Abril, pela primeira vez desta forma solene, no nosso Município, primeiro passo para que o 25 de Abril de 74 seja momento de festa e celebração, não foi para qualquer

reconhecimento público, retirar dividendos político-partidários, ou qualquer ato isolado (porque até isso tivemos o cuidado de precaver e respeitar junto do Executivo Municipal)...

Foi porque a Comissão de Líderes - todos, em decisão unânime - entendeu ser oportuno, pela proximidade aos 50 anos da Revolução e porque, no ano passado, nada aconteceu no Município...

Foi porque a Assembleia Municipal - cremos, apesar de tudo, que é toda a Assembleia Municipal - defende a importância inquestionável da Democracia e da Liberdade conquistadas no dia 25 de Abril de 74.

Viva a Liberdade. Viva a Democracia. Viva o 25 de Abril.
Viva o Município de Ílhavo.

Paulo Pinto dos Santos
Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Ílhavo